

## EQUIDADE VERSOS IGUALITARISMO NA EDUCAÇÃO

EQUITY VERSUS EGALITARIANISM IN EDUCATION  
EQUIDAD VERSUS IGUALITARISMO EN LA EDUCACIÓN

### Pedro Demo

Pós-doutorado na UCLA (Los Angeles). Prof. titular aposentado (Emérito) da UnB. Professor atual do PPGDH (Pós-Graduação em Direitos Humanos) da UnB. Pesquisador Sênior do CNPq – 1B – 303112/2021-2.).

 <https://orcid.org/0000-0001-9975-3413>

### José Lauro Martins

Licenciado em filosofia, mestrado e doutorado em educação. Professor Associado na Universidade Federal do Tocantins.

 <https://orcid.org/0000-0001-7817-8165>

Correspondência: Av. Estrada Parintins-Macurany, 1805 – Jacareacanga, Parintins-AM. CEP 69.152-240.

Recebido em: 01/04/2024.

Aceito em: 01/09/2024.

Publicado em: 01/04/2024.

### RESUMO:

O igualitarismo e a equidade na educação tem sido amplamente debatido nas últimas décadas, levando ao uso proeminente do conceito de igualdade nas esferas políticas, econômica e, especialmente, educacional. Este conceito é multifacetado e buscamos estabelecer um diálogo que complemente os princípios de igualdade e equidade. Enfatizamos que a equidade se deve manifestar no processo, enquanto a igualdade deve ser refletida nos resultados. Acreditamos que a retórica igualitarista ajuda a atender as expectativas de famílias e alunos. No entanto, essa narrativa não elimina as disparidades existentes, e, em vez de uma hierarquia de desigualdades, há uma complementaridade entre elas. O objetivo desta discussão é facilitar a compreensão das narrativas relacionadas à igualdade de oportunidades no campo educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igualdade; Igualitarismo; equidade

### Introdução

Os termos “igualdade” e “igualitarismo” parecem similares, porém há nuances e implicações que podem ser bem distintas. Essas diferenças não são sempre claras e perceptíveis no âmbito da educação, o que pode levar a equívocos e ações inadequadas dos profissionais envolvidos. Sabemos que a igualdade é um princípio importante na educação tradicional e, também, é destaque nas discussões históricas sobre políticas educacionais.

Neste ensaio, colocamos em discussão a questão do igualitarismo na educação por entender que é necessário refletir esse tema na contemporaneidade. Todavia, chamamos a atenção para não confundir a igualdade que deve ser buscada, para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades e recursos no processo de

aprendizagem. O que defendemos é a necessidade de buscar um equilíbrio entre a igualdade e a valorização das diferenças individuais de cada aprendente.

### **A narrativa do igualitarismo**

Consideramos bastante complexo o uso do termo igualitarismo e, por isso, grifamos a importância de entender a sua relevância quando se trata da educação. Não há, no artigo, tenhamos a intenção de definir o conceito, apenas resumir alguns aspectos que nos ajudam a entender as posições igualitaristas. A priori, podemos dizer que o igualitarismo se baseia na ideia de igualdade de/para todos, na qual os seres humanos devem ser tratados de forma igual independentemente do status social (Arneson, 2002).

Entretanto, é preciso destacar que existem divergências em relação a esses postulados, haja vista já que a questão da desigualdade social também é bastante complexa. Há quem defenda que essa desigualdade faça parte da natureza humana, enquanto outros defendem que é possível superá-la por meio da educação e de outras políticas públicas.

Lembramos que Boehm (1999), ao pesquisar grupos de caçadores/coletores ainda sobreviventes em nosso tempo, usa a expressão “evolução do comportamento igualitário”, reconhece que esses tais grupos tinham hierarquias bem marcantes de vários tipos de chefes, como: cacique, pajé, idosos com algum poder, guerreiros destacados, etc, mas geriam razoavelmente as desigualdades, de modo que começando por cuidar para que a chefia não era fosse um “desserviço” ao grupo. Em obra posterior, Boehm (2012) retoma o tema para sugerir a “origem da moral” em humanos, destacando a configuração igualitária desses grupos “primitivos” à medida que sabiam compor igualdade e diversidade.

A origem da moral continua a ser controversa, até mesmo porque alguns autores consideram que alguns animais, como os chimpanzés, que ao seu modo, também, são “animais políticos” (Waal, 2000; 2017). Nesse caso, porque existe um laço físico e emocional fortíssimo entre as mães e os filhotes, o que serve de suporte fundamental para a “educação” dos filhotes; além de manifestações de apaziguamento dos membros, ou de reações, até mesmo violentas, contra machos alfa etc.

Autores como Pinker (2011; 2018) e Rosling (2018), apontam para o progresso civilizatório da sociedade, tendencialmente, à sombra de teorizações liberais (Rasmussen, 2018). Depreende-se dessas teorizações que as sociedades humanas são naturalmente desiguais, mas que podem ser equalizadas por meio de um

processo civilizatório compatível. Percebe-se quão complexa é a questão da igualdade e, nesse caso, precisamos atentar, para que certas posturas, por mais bem-intencionadas que sejam, não tenham o efeito contrário ao pretendido.

Desse modo, podemos perceber, com mais facilidade, se reduzimos nosso olhar a pequenos grupos, como numa família. Logo, observa-se o quanto as pessoas são diversas. Primeiro - entre homem e mulher, existe diversidade, também, física marcante, os papéis demarcados no grupo familiar que, com muita frequência, é destacada não só pelos aspectos biopsicológicos de cada uma, mas também, pelos aspectos culturais demarcados, historicamente, pela sociedade patriarcal que se esforçam para superar a diversidade.

Segundo - com referência aos filhos, estes são diferentes dos pais, assim como é comum haver diferenças acentuadas entre si. Além de outras diferenças familiares, como um filho e avós que necessitam de cuidados especiais no convívio familiar. Ademais, a diversidade pode ser mais complexa pelo fato de os seres vivos serem iguais e diferentes, ao mesmo tempo, ou seja, somos iguais por pertencer à mesma espécie, mas diferente na constituição cultural, por exemplo.

Em contrapartida, o positivismo mais rígido se postula uma natureza humana fixa, como código invariante da condição humana, tal qual faz Harari (2017) num tom mais ameno, se comparado à rigidez de Dawkins (1998; 2013) ou Hawking (2006). Dependendo do “determinismo” metodológico (Gazzaniga, 2011), o processo evolucionário é visto como pacote pronto: se há mudança é apenas interna, dentro do sistema, nunca do sistema. Este determinismo aparece mais comumente na tecnologia (Kelly, 2011; 2016), como suposto desenvolvimento linear na sociedade, apressando-se ao passo astronômico com as tecnologias digitais, ao se aproximar da “singularidade” da Inteligência Artificial (Kurzweil, 2005; Kurzweil & Bisson, 2013).

Há quem busque qualificar a igualdade como o estado natural da humanidade, como imaginou Rousseau (Gowdy, 1998; Dahlberg, 1975; Erdal e Whiten, 1996). Desse ponto de vista, a igualdade é um princípio formal no Estado de Direito que precisa constar em suas Constituições, mas não se realiza, porque a prática histórica é um tecido diverso, sem perder certas características de igualdade que possibilitam a estruturação de uma sociedade.

Ressalta-se que a desigualdade social sempre assombrou as sociedades, em especial, em regimes ditatoriais, escravocratas, imperialistas, fascistas, absolutistas

que separavam a população como um todo dos ocupantes do poder, sob insinuações de que estes eram especiais ou até mesmo de origem divina.

Scheidel(2017) traçou um recorrido histórico contundente na saga humana, indicando que violência é o grande “nivelador” das sociedades e acaba “equalizando” a sociedade (Ferguson, 2018). De certa forma, as sociedades se hierarquizam obstinadamente desde os tempos imemoriais. Embora seja um retrato sangrento que a “civilização” deveria superar (Pinker, 2011), não devemos ignorar o quanto os humanos podem ser violentos e hierárquicos.

O conceito de igualitarismo torna-se ainda mais ambíguo se tentarmos combinar igualdade e diversidade, como atributos naturais da sociedade. A luta das mulheres pela igualdade de gênero é um exemplo disso, os direitos da mulher não se restringem à igualdade, mas atingem o espaço fundamental das diferenças sancionadas pelo patriarcalismo (Harding, 1998; 2003; 2003a; 2011; 2015). Em termos práticos, é o que as democracias conseguem realizar, não eliminam a disputa por poder, apenas regulam por meio do rodízio no poder e dos instrumentos de controle dos eleitos. Essas, também, são hierárquicas, mas cuidam ou deveriam cuidar, para que não sejam contaminadas com posições extremistas disfarçadas, por meio de argumentos falaciosos, em defesa da liberdade de expressão.

A concepção igualitarista de sociedade tenta combinar igualdade e diferença e tem a seu favor.

1) A observação histórica recorrente, tal como: nunca houve sociedade que não fosse desigual, umas mais, outras menos, razão por que Boehm (1999) fala de igualitarismo, não de igualdade;

2) A forma como as sociedades modernas e as economias se organizam em Estados e mercados sempre foram hierarquias;

3) A propriedade do Estado de Direito que precisa estabelecer de um lado, a forma da igualdade de todos como princípio constitucional e de outro, organiza-se em torno de uma sociedade aberta, ambígua, incompleta;

4) A oposição de extremos teóricos e fundamentalistas que nunca se realizam concretamente: se de um lado, há grupos humanos superiores que deveriam comandar a sociedade; de outro, todos são linearmente iguais;

5) O trabalho da condição evolucionária e social como processo aberto, aleatório, não supremacista, como a lei do mais forte, que facilmente aparece na seleção natural do mais apto, na qual cabem a igualdade e a diferença, naturalmente,

uma vez já que a natureza tem como um das marcas mais contundentes: a biodiversidade.

Em síntese, todos nascem e morrem iguais, mas na história de cada um se realiza diversamente.

### **Sociedades incompletas**

Subentende-se que há um desejo utópico de igualdade, pois é comum alimentarmos pretensões além de nossa capacidade de realização - um "homo deus", como disse Harari (2017). Chamamos de utopia a pretensão de realizar o céu na terra, como alude Shermer (2018), assumidos facilmente na literatura socialista que promete além do que pode oferecer. A utopia da igualdade é necessária para mantermos acesa a chama das mudanças, reconhecendo que, cada conquista histórica, é algo a mais, porém nunca o suficiente. Portanto, o Igualitarismo procura combinar essas dinâmicas e as ambiguidades para aprimorar a igualdade no contexto da diversidade.

Quanto aos liberais, estes não se enredam nas promessas de igualdade social, porque o liberalismo está ancorado na propriedade privada, na supremacia do capital sobre o trabalho e inspiram-se no darwinismo social (seleção natural). A narrativa liberal tende a culpar os excluídos pela sua condição, negando, assim, qualquer responsabilidade social ou à ética pela condição daqueles que não ascendem socialmente.

Compreende-se que, para os liberais, alguns acertos de como gerir a desigualdade social sempre estão subordinados ao reconhecimento ativo de que a sociedade e a economia precisam ser conduzidas por uma elite supremacista e meritocrática, a qual serve dos sistemas educacionais (World Bank, 2018). A exemplo do que acontece nos EUA, as melhores universidades americanas, privadas e sem fins lucrativos, são claramente destinadas para manter a elite, como a Harvard University.

Certamente, a evolução natural pode ser interpretada de outras maneiras (Nowak, 2011; Nagel, 2012), mesmo mantendo-se a ideia de "seleção natural das espécies". Todavia, tem servido para fundamentar a ideologia de que o livre mercado é a ordem "natural" da sociedade. Assim, o liberalismo não pretende chegar a uma sociedade igualitária, porque não interessa ao que chamam de sistema produtivo, deixando o resto como sequela implícita, seguindo ao que Adam Smith (2018) chamou de "mão invisível". A noção capciosa de "riqueza das nações" sugeria esta

metamorfose miraculosa como sendo resultado do esforço coletivo, parecia ser algo “da nação”, mas é a iniciativa privada que explora uma classe para sustentar a desigualdade.

O capitalismo cede ao combate à desigualdade se for forçado e não por alguma vocação própria. Ou porque é necessário usar de alguma estratégia de controle da desigualdade para preservar a estrutura do capitalismo. A questão da desigualdade não é sequer tocada (pobreza política), muito menos se pensa em fomentar a cidadania dos excluídos para que possa, organizadamente, reagir e ascender socialmente. Os socialistas têm seus pecados, mas tendem a ser mais sustentáveis, enquanto o capitalismo se arrasta num contexto global de desequilíbrios extremos (Amsden, 2009).

### **Mito da igualdade de oportunidades**

É comum os discursos de que a educação seja a responsável pelo desenvolvimento econômico e sociopolítico. Há nisso alguma verdade, visto que sem a qualificação necessária inviabiliza o desenvolvimento autoral (Demo, 2015). Nesse caso, os processos educacionais contribuem para que o sujeito possa mobilizar os melhores recursos para a construção da própria história.

Existe algum realismo na crença de que a educação transforma a sociedade, quando a qualidade dos processos educacionais possibilita ativar os modos autorais de aprendizagem. Contudo, não podemos considerar que seja normal uma pessoa passar, pelo menos, até 10 anos da sua vida com aulas de inglês na escola, à disposição do sistema educacional com pressuposto igualitário, e, ao final, não conseguir nem mesmo ler um anúncio em língua inglesa.

Alguns autores consideram que há a propensão reprodutivista dos sistemas educacionais, em particular, na versão althusseriana (Bourdieu & Passeron, 1975) em que os sistemas educacionais compõem parte da superestrutura social. A educação tende para aparelho ideológico (Althusser, 1980), sendo útil para manter/exacerbar privilégios sociais do que para os combater. Nesse caso, manter parte da sociedade numa situação de analfabetismo funcional atende aos preceitos sociopolíticos alojados nos discursos igualitaristas.

Retomando ao caso da aprendizagem da língua inglesa, sabemos que a fluência nesse idioma pode contribuir, significativamente, para a ascensão no status social, porém os nossos estudantes permanecem à disposição do sistema educacional, ocupando um tempo precioso das suas vidas, e esses não desenvolvem a

proficiência nas áreas de conhecimento, em que o sistema educacional teria a obrigação de ensinar.

A crença de que a educação é capaz de transformar a sociedade é realista (Freire, 2000.), desde que a qualidade dos processos educacionais permita a ativação dos modos autorais de aprendizagem. Dessa forma, a educação pode ser uma ferramenta importante, para que o sujeito desenvolva conhecimentos e construa sua própria história.

Um dos maiores signos da mitologia educacional é a narrativa da “igualdade de oportunidades”, uma narrativa vazia, contraditória e manipuladora, porque oportunidades iguais não existem, pois se fossem iguais não seriam oportunidades! Como alega Bourdieu (2007). As pessoas em sociedade buscam “distinguir-se”, querem oportunidade para se distinguirem e não para serem iguais. Apenas aplacamos a nossa consciência com a narrativa de que ‘subir na vida’ é uma questão de mérito.

De fato as pessoas não são iguais, as oportunidades não podem ser iguais e o discurso da meritocracia serve para distorcer as desigualdades existentes, por exemplo: se colocamos para uma corrida um jovem de 18 anos e um idoso de 60, ambos fazem a mesma corrida, com as mesmas regras, não há ‘igualdade de oportunidades’, tendo em vista que o ponto de partida é o mesmo, entretanto, as condições físicas dos concorrentes são diferentes.

Em síntese, não basta oferecer a mesma aprendizagem ao cidadão que não teve oportunidade de estudar no tempo previsto que os demais tiveram, isso não é suficiente para superar o déficit original. Ele precisa de um ambiente escolar que contribua com ações que possibilitem minimizar o déficit. As oportunidades precisam ser equitativas e não igualitaristas. Alguns países eurocêntricos desenvolvidos - Welfare State (Estado de bem-estar social) - oferecem a ‘solução’ menos hipócrita que a maioria dos demais países quando, por meio da oferta pública e gratuita de educação básica com qualidade, que seja suficiente para desestimular a escola privada.

No Brasil, a escola privada está na Constituição! Segundo Whaples, (2017), na narrativa social, percebe-se que a escola pública é destinada para o pobre e deve ser evitada por todos que têm melhores condições financeiras, inclusive, para evitar o estigma social de pertencer a classe dos pobres. Outra narrativa que destrói o princípio de igualdade é que a escola privada é um direito liberal de escolha; quando,

na prática, o objetivo é cultivar a supremacia da elite que não aceita nenhuma narrativa que envolva a igualdade de oportunidades!

No contexto liberal, observamos dois modelos de oferta educacional: um do Welfare State clássico, que aposta em qualidade elevada para todos, como melhor exemplo de êxito atualmente é a Finlândia (Ripley, 2013; Sahlberg, 2010). A outra, nos Estados Unidos, apresenta com um modelo educacional fortemente privatista neoliberal e com extrema má vontade para com a escola pública (Horn & Wilburn, 2013; Lubienski & Lubienski, 2013; Russakoff, 2015).

Diante disso, os americanos apostaram em programas agressivos de desestruturação da educação básica (Carnoy et al., 2005), como charter school (permissão oficial para um grupo, em geral privado, assumir uma escola pública em condições decadentes com liberdade de intervenção), school voucher (não havendo escola pública adequada, a família pode optar por colocar o filho na escola privada, com auxílio do governo) e homeschooling (manter o filho em casa para estudar, comparecendo à escola para os exames). Tanto que nos Estados Unidos há o confronto permanente dos sindicatos docentes em defesa da carreira, a ponto de a profissão docente ser vista como a “mais entrincheirada da América” (Goldstein, 2014).

Em contrapartida, O Welfare State europeu mantém algum compromisso com a equalização de oportunidades, mesmo não oferecendo aos mais pobres uma escola com boa qualidade. Embora ainda se mantenha algum discurso de que todos têm direito à educação, é um direito mediado pelo mercado, evita-se as políticas ‘compensatórias’. O resultado é um sistema educacional frontalmente desigual e que promove a desigualdade, à medida que os mais pobres se contentam com ofertas ‘menores’ (Cottom, 2017; Caplan, 2018). Ao final, a educação não está vinculada à equalização de oportunidades, mas à seletividade educacional voltada para a elite que deve governar o país enquanto a multidão se acomoda na margem do sistema socioeconômico.

No mundo liberal, a educação básica é vista com olhos bastante distintos, depende da qualidade da cidadania organizada e do Estado decorrente. Quando a educação é direito de todos e com qualidade elevada para todos, existe algum efeito de equalização de oportunidades, mas quando a educação é mercantilizada, a lógica é do acesso seletivo, ostensivo e deixa o problema da dificuldade de acesso no colo dos mais pobres.

No entanto, vale defender que todos precisam de oportunidades iguais, só não vale mistificar isso na escola com narrativas utópicas para ocultar a realidade. Para que a educação tenha, de fato, efeitos emancipatórios, como muitos esperam (Mezirow, 1990; Mezirow e Associates, 2000; Taylor e Cranton, 2012), cumpre encarar as carências sociais honestamente, em vez de camuflar sob o signo das oportunidades iguais pelo fato de ter acesso à escola.

As políticas educacionais consideradas inclusivas contém uma impropriedade, visto que a escola pública, nos moldes atuais, não soluciona o déficit cognitivo e social. Na verdade, ao empurrar direcionar a pobreza para escolas, sem estrutura acadêmica nas periferias, as políticas públicas acabam ampliando, ainda mais, essa deficiência, criando uma anti-oportunidade. Essa atitude apenas evidencia a hipocrisia social e reforça a ideia de que aqueles que vivem na periferia são classificados como inferiores nos status sociais. Não basta frequentar qualquer escola, é preciso que haja um processo de ensino e aprendizagem efetivos.

### **Quando as diferenças fazem a diferença**

A escola não se limita a lidar apenas com estudantes comuns, uma vez que uma parcela deles precisa de cuidados especializados. A princípio, a regra de incluir esses estudantes em turmas regulares faz sentido, e as classes especiais tendem a ser cada vez menos comuns. Esse movimento é saudável e reflete uma expectativa semelhante à que observamos em outras esferas da sociedade. Do ponto de vista da igualdade de direitos, é importante que todos possam viver na sociedade, sem serem segregados ou marginalizados das oportunidades disponíveis.

A escola é um espaço que deve ser inclusivo, ou seja, que deve acolher todos independentemente de suas diferenças ou necessidades. Dessa forma, é importante que a escola esteja preparada para atender às demandas dos estudantes com necessidades especiais. Nesse sentido, a inclusão desses alunos nas turmas regulares têm sido a política adotada por muitos países. Isso porque essa medida, à priori, promove a igualdade de oportunidades, já que todos os alunos têm o direito de estudar juntos e de se beneficiar das mesmas oportunidades de aprendizagem.

Entretanto, é importante ressaltar que essa política deve ser implementada de forma adequada, garantindo que os alunos com necessidades especiais recebam o suporte necessário para acompanhar o conteúdo e desenvolver suas habilidades. A inclusão não se restringe a colocar todos em sala de aula comuns, o mais importante é o tratamento equitativo, ou seja, melhorar as condições daqueles que precisam de

qualquer tipo de atendimento diferente. Nesse caso, entendemos em *latu sensu* as necessidades especiais: desde comida para quem vai para escola com fome, uma carteira para que o canhoto possa escrever confortavelmente, ao atendimento especializado o autista e assim por diante. Caso contrário, a tentativa de promoção da igualdade cai no mesmo vazio do discurso da meritocracia.

Nas duas últimas décadas, houve ênfase forte nas políticas de inclusão, o questionamento que fazemos é que "inclusão" está sendo feita? O que nos parece é que as ações são insuficientes, apressadas e tem o efeito de livrar-se do problema. Efetuar somente a matrícula de um estudante que precisa de cuidado especial em uma turma comum não é a inclusão, ao contrário, pode gerar transtornos para todos.

A tentativa de tratar de forma igual os desiguais nos mostrou que não foi bem aceita pelos pais e responsáveis e resultou em um nicho de mercado para as escolas privadas. Percebemos que enquanto a escola pública acentua a igualdade de tratamento, a escola privada oferece o 'tratamento diferenciado', ou seja, mais equitativo. Entretanto, apenas uma parte dos pais de estudantes que precisam de cuidados especiais têm condições financeiras para matricular-se na escola privada que ofereça o atendimento adequado.

Nesses casos, os dois elementos da formação são importantes: esses estudantes precisam de tratamento especializado e do convívio com os demais estudantes. Observando o comportamento das famílias que têm filhos portadores de alguma deficiência, é comum os pais combinarem os dois tratamentos: há circunstância em que todos são tratados igualmente, em outras é preciso de atendimento especial. Isso é o princípio da equidade tratar os desiguais de forma desigual positivamente.

Embora a inclusão seja um objetivo a ser buscado, é necessário que a mesma possa ser implementada de maneira adequada e responsável. Infelizmente, muitas vezes, a narrativa da inclusão é utilizada como uma forma de encobrir a falta de preparo técnico e pedagógico dos agentes escolares para lidar com os desafios dessa realidade. Um exemplo: a matrícula de uma criança surda numa sala comum sem um intérprete de libras, não dá para chamar de inclusão. Mesmo havendo intérprete na sala de aula, o estudante pode necessitar de acompanhamento especializado fora da sala de aula para continuar seus estudos.

Ao agregar os estudantes portadores de alguma necessidade especial em uma classe dos chamados de normais, sem o acompanhamento adequado, pode correr o risco de estigmatizá-los mais ainda. Para que a inclusão se efetive, é preciso que os

professores estejam devidamente habilitados, tanto em termos de formação técnica quanto pedagógica. Além disso, a arquitetura escolar deve ser adequada e acessível a todos, assim como os colaboradores contratados, aptos para atender as demandas específicas desses estudantes. Somente assim será possível garantir uma inclusão real que beneficie não apenas os estudantes com necessidades especiais, mas toda a comunidade escolar.

Se antes exageramos na oferta de classes exclusivas, atualmente, acontece nas classes comuns. A escola privada parece resistir ao encontro da demanda dos pais. Em termos práticos, a questão não está resolvida. Inclusão não vem apenas com as leis, obviamente que precisamos de uma estrutura jurídica para que as políticas públicas de inclusão sejam implementadas e a realização de formação continuada para todos os educadores e profissionais de áreas afins para atuarem nesse cenário. Isso leva tempo e investimento, não basta as ações pontuais para que a inclusão seja, de fato, uma realidade.

As diferenças entre os estudantes são uma realidade incontestável, porém, elas não devem ser ocultadas em prol de um igualitarismo falso e prejudicial. É importante lembrar que, quanto maiores as diferenças entre eles, mais complexo é o processo educativo dos profissionais envolvidos. No entanto, isso não significa que essas diferenças sejam negligenciadas em nome de uma suposta igualdade. Uma escola de qualidade é aquela que respeita seus estudantes como sujeitos individuais, independentemente da idade, e não como meros componentes de uma turma.

Ressalta-se que cada estudante tem suas particularidades e diferenças, o que o torna um cidadão com direitos individuais e coletivos. É preciso, portanto, que esses direitos sejam respeitados e que cada estudante tenha a oportunidade de aprender de acordo com suas necessidades e habilidades.

Voltamos a afirmar, não basta adicionar um estudante em uma turma comum, porque essa atitude não é suficiente para garantir que seus direitos sejam respeitados. É necessário um trabalho cuidadoso e individualizado por parte dos educadores, bem como uma estrutura escolar que permita a inclusão e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças. Somente assim será possível construir uma escola realmente inclusiva e de qualidade.

Sabemos que a igualdade é um princípio importante na educação e deve ser buscada, para que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades e recursos. Porém, precisamos ter cuidado para não confundir igualdade com igualitarismo, esta remete a igualdade sem respeitar as diferenças. Na prática, isso

pode levar a uma educação padronizada em que a turma é a menor unidade de gestão do ensino e não o sujeito aprendente (Martins, 2022).

Há que se destacar, também que, da mesma forma que alguns aprendentes com necessidades especiais precisam de adaptações específicas para que possam aprender da melhor maneira possível, há estudantes com habilidades diferenciadas que precisam de desafios mais complexos para se desenvolverem. Portanto, é importante buscar um equilíbrio entre o que podemos chamar de igualdade, respeito às diferenças e às singularidades, para que todos tenham as oportunidades de desenvolvimento no seu ritmo e de acordo com as suas potencialidades.

### **Considerações Finais**

Acreditamos, ainda, na educação. As famílias se esmeram pela expectativa de melhoria da qualidade de vida dos filhos, no entanto, o produto fundamental da escola ainda é a aula e não a aprendizagem! Não podemos esperar que as famílias entendam a diferença entre oferecer aulas e ser corresponsável pela aprendizagem dos estudantes, se nem mesmo as escolas/professores entendem que podem ter aprendizagem significativa de outras formas sem a estrutura tradicional das salas de aula. A essência da escola não é a aula, são as aprendizagens e não dependem necessariamente de aulas expositivas (Demo, 2015).

Precisamos de uma escola que forme uma comunidade de aprendizagem, na qual todos são agentes do processo de aprendizagem: servidores, estudantes e suas famílias devem fazer parte. Compreender que a equidade está em dar a cada um a oportunidade para que possam chegar no mesmo objetivo comum: aprender como autor, tornar-se autor da própria história. Portanto, não estamos falando de notas nem de estatísticas governamentais, mas do sujeito aprendente que deve ter suas diferenças respeitadas.

A equidade deve estar no processo e igualdade no resultado! O discurso igualitarista é bom para acomodar as demandas das famílias e dos estudantes, pode ser legal e justificado administrativamente, mas não é moral, porque engana todas as pessoas com a pretensa igualdade meritocrática. É notório que a sociedade tende a estigmatizar diferenças como desigualdades (superioridade ou inferioridade) e tentar normalizá-las por meio de uma narrativa igualitarista.

Por fim, todos somos, naturalmente, diferentes e temos igualmente o direito de sermos respeitados. Respeitar as diferenças é um gesto de igualdade e uma conquista lenta e persistente, cujos resultados vão aparecendo aos poucos. O mérito, de fato,

não está no resultado, mas no processo. Por isso, é preciso cuidar do processo, para não culpar as vítimas pelos resultados desastrosos.

## Referências

- Althusser, L. (2009). *\*Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado\**. Lisboa: Presença.
- Amsden, A. H. (2009). *\*A Ascensão do “Resto” – Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia\**. São Paulo: Ed. Unesp.
- Arneson, R. (2002). Egalitarianism. In *\*The Stanford Encyclopedia of Philosophy\**.
- Boehm, C. (1999). *\*Hierarchy in the Forest: The evolution of egalitarian behavior\**. Massachusetts: Harvard University Press.
- Boehm, C. (2012). *\*Moral Origins: The evolution of virtue, altruism, and shame\**. New York: Basic Books.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1975). *\*A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema educativo\**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bourdieu, P. (2007). *\*A Distinção: Crítica social do julgamento\**. São Paulo: Edusp.
- Caplan, B. (2018). *\*The case against education: Why the education system is a waste of time and money\**. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Carnoy, M., Jacobsen, R., Michael, L., & Rothstein, R. (2005). *\*The Charter School Dust-up: Examining the evidence on enrollment and achievement\**. New York: NY College Press.
- Cottom, T. M. (2017). *\*The troubling rise of for-profit colleges in the new economy\**. New York: The New Press.
- Dahlberg, F. (1975). *\*Woman the gatherer\**. New Haven, CT: Yale University Press.
- Dawkins, R. (1998). *\*The Selfish Gene\**. Oxford: Oxford University Press.
- Dawkins, R. (2013). *\*An Appetite for Wonder: The making of a scientist\**. New York: Ecco.
- Demo, P. (2015). *\*Aprender como autor\**. São Paulo: Gen.
- Erdal, D., & Whiten, A. (1996). Egalitarianism and Machiavellian Intelligence. In P. Mellars & K. Gibson (Eds.), *\*Modeling the Early Human Mind\** (pp. 139-150). Cambridge: MacDonald Monograph Series.
- Ferguson, N. (2018). *\*The square and the tower: Networks and power, from the freemasons to Facebook\**. New York: Penguin.
- Freire, P. (2000). *\*Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos\**. São Paulo: Unesp.
- Gazzaniga, M. (2012). *\*Who's in Charge?: Free Will and the Science of the Brain\**. New York: Robinson.
- Goldstein, D. (2014). *\*The Teacher Wars: A history of America's most embattled profession\**. New York: Doubleday.
- Gowdy, J. (1998). *\*Limited Wants, Unlimited Means: A reader on Hunter-Gatherer Economics and the Environment\**. St. Louis: Island Press.
- Harari, Y. N. (2017). *\*Sapiens: uma breve história da humanidade\**. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Harding, S. (1998). *\*Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies\**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.

- Harding, S. (2003). *\*The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies\**. London: Routledge.
- Harding, S. (2003a). *\*Whose science? Whose knowledge?: Thinking from women's lives\**. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Harding, S. (Ed.). (2011). *\*The Postcolonial Science and Technology Studies Reader\**. Durham, NC: Duke University Press Books.
- Harding, S. (2015). *\*Objectivity and diversity: Another logic of scientific Research\**. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Hawking, S. W. (2006). *\*The Theory of Everything: The origin and fate of the universe\**. Beverly Hills, CA: Phoenix Books.
- Horn, J., & Wilburn, D. (2013). *\*The Mismeasure of Education\**. Charlotte, NC: IAP.
- Kelly, K. (2011). *\*What Technology Wants\**. New York: Penguin.
- Kelly, K. (2016). *\*The Inevitable: Understanding the 12 technological forces that will shape our future\**. London: Viking.
- Kurzweil, R., & Bisson, T. (2013). *\*How to create a mind: The secret of human thought revealed\**. New York: Duckworth Overlook.
- Kurzweil, R. (2005). *\*The Singularity Is Near: When humans transcend biology\**. New York: Viking.
- Lubienski, C. A., & Lubienski, S. T. (2013). *\*The Public-School Advantage: Why Public Schools Outperform Private Schools\**. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Martins, J. L. (2022). *\*Efemero e incerto: O futuro já chegou\**. Ponta Grossa-PR: Editora Atenas.
- Mezirow, J., & Associates. (2000). *\*Learning as Transformation: Critical perspectives on a theory in progress\**. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Mezirow, J. (1990). *\*Fostering Critical Reflection in Adulthood: A guide to transformative and emancipatory learning\**. New York: Jossey-Bass.
- Nagel, T. (2012). *\*Mind and Cosmos: Why the materialistic neo-Darwinian conception of nature is almost certainly false\**. New York: Audible Studios.
- Nowak, M. (2011). *\*Super Cooperators: Altruism, evolution, and why we need each other to succeed\**. New York: Free Press.
- Pinker, S. (2011). *\*The Better Angels of Our Nature: Why Violence Has Declined\**. New York: Viking Adult.
- Pinker, S. (2018). *\*Enlightenment Now: The case for reason, science, humanism, and progress\**. New York: Viking.
- Rasmussen, D. C. (2018). *\*The infidel and the professor: David Hume, Adam Smith, and the friendship that shaped modern thought\**. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rosling, H. (2018). *\*Factfulness: Ten reasons we're wrong about the world – and why things are better than you think\**. New York: Flatiron Books.
- Russakoff, D. (2015). *\*The Prize: Who's in charge of America's Schools?\**. New York: Houghton Mifflin Harcourt.
- Sahlberg, P. (2010). *\*Finnish Lessons: What can the world learn from educational change in Finland?\**. New York: Teachers College.
- Scheidel, W. (2017). *\*The great leveler: Violence and the history of inequality from the stone age to the 21st century\**. Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Shermer, M. (2018). \*Heavens on Earth: The scientific search for the afterlife, immortality and utopia\*. Amazon Digital Service: Robinson.
- Smith, A. (2018). \*An inquiry into the nature and causes of the Wealth of Nations\*. Amazon: Flip.
- Taylor, E. W., Cranton, P., & Associates. (2012). \*The Handbook of Transformative Learning: Theory, research, and practice\*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Waal, F. (2000a). \*Chimpanzee Politics: Power and sex among apes\*. Baltimore, MD: The John Hopkins University Press.
- Waal, F. (2000b). \*The bonobo and the atheist: In search of humanism among the primates\*. New York: W. W. Norton & Company.
- Whaples, R. M. (2017). Egalitarianism: Fair and equal? New thinking on egalitarianism. \*The Independent Review\*, 21(2).
- World Bank. (2018). \*Learning: To realize education's promise\*. Washington, DC: The World Bank.

**ABSTRACT:**

Egalitarianism and equity in education have been widely debated in recent decades, leading to the prominent use of the concept of equality in political, economic, and especially educational spheres. This concept is multifaceted, and we seek to establish a dialogue that complements the principles of equality and equity. We emphasize that equity should manifest in the process, while equality should be reflected in the outcomes. We believe that egalitarian rhetoric helps meet the expectations of families and students. However, this narrative does not eliminate existing disparities, and instead of a hierarchy of inequalities, there is a complementarity between them. The aim of this discussion is to facilitate the understanding of narratives related to equal opportunities in the educational field.

**KEYWORDS:** Equality; egalitarianism; equity.

**RESUMEM:**

El igualitarismo y la equidad en la educación han sido ampliamente debatidos en las últimas décadas, llevando al uso prominente del concepto de igualdad en las esferas política, económica y, especialmente, educativa. Este concepto es multifacético y buscamos establecer un diálogo que complemente los principios de igualdad y equidad. Enfatizamos que la equidad debe manifestarse en el proceso, mientras que la igualdad debe reflejarse en los resultados. Creemos que la retórica igualitarista ayuda a satisfacer las expectativas de familias y estudiantes. Sin embargo, esta narrativa no elimina las disparidades existentes, y, en lugar de una jerarquía de desigualdades, hay una complementariedad entre ellas. El objetivo de esta discusión es facilitar la comprensión de las narrativas relacionadas con la igualdad de oportunidades en el campo educativo.

**PALABRAS CLAVE:** Igualdad; igualitarismo; equidad.